



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO**

**EDITAL
CREDENCIAMENTO
001/2020**

FuSEX/SAMMED/PASS

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS), COOPERATIVAS DE SAÚDE, PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, REABILITAÇÃO, HEMOTERAPIA, NEFROLÓGICAS, HOME CARE (ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR), CLÍNICAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA EM TRATAMENTO DO ALCOOLISMO E OUTRAS DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS E SERVIÇOS DE TELEDIAGNÓSTICO.

TERESINA-PI – FEVEREIRO DE 2020

ÍNDICE.

PREÂMBULO.

- 1. DA CONVOCAÇÃO.**
- 2. DO OBJETO**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.**
- 4. DA HABILITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**
- 5. DOS RECURSOS FINANCEIROS.**
- 6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES.**
- 7. DO REGIME DE EXECUÇÃO.**
- 8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**
- 9. DO REAJUSTE.**
- 10. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE.**
- 11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**
- 12. DAS SANÇÕES.**
- 13. DA RESCISÃO.**
- 14. DOS RECURSOS.**
- 15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES**
- 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**
- 17. DO FORO.**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO HERÓIS DO JENIPAPO)**

EDITAL

NUP: 64040.005639/2020-40

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE (OCS), COOPERATIVAS DE SAÚDE, PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, REABILITAÇÃO, HEMOTERAPIA, NEFROLÓGICAS, HOME CARE (ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR), CLÍNICAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA EM TRATAMENTO DO ALCOOLISMO E OUTRAS DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS E SERVIÇOS DE TELEDIAGNÓSTICO..

1. DA CONVOCAÇÃO.

- 1.1. A União, representada pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, do Exército Brasileiro, mediante a Comissão Especial de Licitação, designada por ato publicado no Boletim Interno nº **018, de 27 de janeiro de 2020**, torna público para conhecimento dos **interessados** que, na data, horário e local indicados, fará realizar a seleção e o credenciamento de Organizações Civas de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de Serviços Médico-Hospitalares, Odontológicos, Laboratoriais, Reabilitação, Hemoterapia, Nefrológicas, Home Care (Assistência médica domiciliar), Clínicas Médicas Especializadas em Assistência Terapêutica em Tratamento do Alcoolismo e outras Dependências Químicas, Serviços de Telediagnóstico, de natureza contínua aos beneficiários dos sistemas FUSEx/PASS, conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1.1.1 – Período para o recebimento das propostas: Durante o período de 17 de Março a 31 de dezembro de 2020, podendo ocorrer o credenciamento a qualquer época. O edital será republicado anualmente, para propiciar novos credenciamentos.

1.1.2 – Horário para a entrega das propostas: Dos seguintes horários: 07:00 h às 12:00 h, de forma presencial;

1.1.3 – Local da entrega das propostas: no Posto Médico da Guarnição de Teresina (Comissão de Credenciamento), na Rua Professor José Amável, 353, Cabral, CEP: 64.000-550 Teresina-PI. Sargento GEORDANA e Sargento ROSÂNGELA;

1.1.4 - Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas eventualmente contratadas atuarão ou prestarão serviços no interior das instalações das Organizações Militares.

1.2. O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições da seguinte legislação infraconstitucional:

- 1.2.1. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 1.2.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 1.2.3. Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986;
- 1.2.4. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- 1.2.5. Portaria Ministerial nº 796, de 28 de dezembro de 2011 (IG 10-48);
- 1.2.6. Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02);
- 1.2.7. Portaria nº 761, de 2 de dezembro de 2003;
- 1.2.8. Portaria nº 371, de 30 de maio de 2005 (IG 12-04);
- 1.2.9. Portaria nº 653, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32);
- 1.2.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, e suas alterações;
- 1.2.11. Portaria nº 878, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16);
- 1.2.12. Portaria nº 281-DGP, de 12 de dezembro de 2007 (IG 30-56);
- 1.2.13. Portaria nº 48, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38);
- 1.2.14. Portaria nº 117, de 19 de maio de 2008 (IG 30-57);
- 1.2.15. Portaria nº 422, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18);
- 1.2.16. Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007;
- 1.2.17. Instrução Normativa 05, de 21 de junho de 1995, do MARE;
- 1.2.18. Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde;
- 1.2.19. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações;
- 1.2.20. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 27 de junho de 2014, e suas alterações;
- 1.2.21. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

1.3. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

Anexo A	Minuta de Termo de Contrato Hospitais e Maternidades – Grupo 3 e 4
Anexo B	Minuta de Termo de Contrato Hospital/Clínica Especializado – Grupo 2
Anexo C	Minuta de Termo de Contrato Hospital-Dia – Grupo 1
Anexo D	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas Odontológicas
Anexo E	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas de Reabilitação
Anexo F	Declaração de Fatos Impeditivos
Anexo G	Minuta de Termo de Contrato – Clínica ou centro de tratamento renal
Anexo H	Modelo de orçamento
Anexo I	Minuta de Termo de Contrato Para Laboratório
Anexo J	Minuta de Termo de Contrato de PSA (Assistência Médica)
Anexo K	Minuta de Termo de Home Care (assistência Domiciliar)
Anexo L	Referencial de Custos de Serviços de Saúde
Anexo M	Relatório da Visita de Avaliação Hospitalar (Para Credenciamento)
Anexo N	Relatório Auditoria Operacional (Para Classificação Hospitalar)
Anexo O	Modelo de Carta Proposta
Anexo P	Declaração sobre Trabalho de Menor de Idade
Anexo Q	Declaração de Ausência de Servidor no Quadro de Funcionários
Anexo R	Pedido de Recurso de Glosa
Anexo S	Boletim de Atendimento de Urgência (OCS) – Modelo
Anexo T	Ficha de Autorização para Atendimento de Urgência – FUSEx
Anexo U	Ficha de Autorização para Atendimento de Urgência – FATOR DE CUSTO

Anexo V	Ficha de Autorização para Atendimento de Urgência – PASS
Anexo W	Termo de Ajuste Prévio
Anexo X	Pedido de Autorização para Internação
Anexo Y	Guia de Encaminhamento – Modelo
Anexo Z	Modelo de Requerimento para Credenciamento de PSA
Anexo AA	Minuta de Termo de Convênio com Centro de Hematologia e Hemoterapia
Anexo BB	Minuta de Termo de Contrato de Serviços Anestesiológicos
Anexo CC	Modelo de Pedido de Exame
Anexo DD	<u>Minuta de Termo de Contrato de Telediagnóstico</u>

1.4. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados ou adquiridos, neste caso mediante o pagamento dos custos com a reprodução gráfica, no seguinte endereço Posto Médico da Guarnição de Teresina (Comissão de Credenciamento), na Rua Professor José Amável, 353, Cabral, CEP: 64.000-550 Teresina-PI, no horário de 8:00 às 12:00, de Segunda a Sexta-Feira.

1.5. A documentação mencionada no item acima também poderá ser consultada no endereço eletrônico **www.2bec.eb.mil.br**, sendo que para a solicitação de outras informações deverá ser utilizado o contato pelo telefone: **(86) 99531-9060 (Tenente ADALBERTO LIMA ou Tenente LIMA)**,

2. DO OBJETO.

2.1. O objeto deste Edital é o credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de Serviços Médico-Hospitalares, Odontológicos, Laboratoriais, Reabilitação, Hemoterapia, Nefrológicas, Home Care (Assistência médica domiciliar), Clínicas Médicas Especializadas em Assistência Terapêutica em Tratamento do Alcoolismo e outras Dependências Químicas, Serviços de Telediagnóstico, de natureza contínua aos beneficiários dos sistemas FUSEx/PASS, conforme condições vigentes no art. 25 da Lei nº 8.666/1993 e na Decisão n.º 656/1995 – Plenário TCU.

2.2. O credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) tem por finalidade proporcionar à Administração a comprovação de que a empresa possui as condições legais e técnicas necessárias, conforme os preceitos estabelecidos no Art. 27 da Lei nº 8.666/93, para a contratação

por inexigibilidade de licitação, objetivando a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, odontológicos, laboratoriais, assistência médico-domiciliare outros serviços de saúde a serem complementados, em caráter complementar, de natureza contínua.

2.3 A prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar, Assistência Médica Domiciliar, Ambulatorial e Atendimento de Emergência/Urgência contemplarão as seguintes áreas médico-odonto-hospitalares, laboratoriais e fisioterapêuticas:

2.3.1. Hospital Geral e de Referência, conforme as seguintes especificações mínimas:

2.3.1.1. Atendimento médico-hospitalar ou em consultório, com disponibilidade para agendamento de consultas eletivas, com hora marcada.

2.3.1.1.1. As seguintes profissões médicas e respectivas especialidades clínicas e cirúrgicas poderão ser prestadas: alergologia, anatomia patológica e citopatologia, anestesiologia, angiologia (cirurgia vascular e linfática), braquiterapia (radioterapia para próstata), cardiologia, cirurgia geral, cirurgia do aparelho digestivo (órgãos anexos e parede abdominal), cirurgia cardíacohemodinâmica, cirurgia de mama, cirurgia da mão, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica e reparadora, cirurgia torácica, clínica médica, dermatologia clínico-cirúrgica, endocrinologia, endoscopia digestiva (CPRE), fisioterapia; fonoaudiologia, gastroenterologia, geriatria e gerontologia, ginecologia e obstetrícia, hematologia, imaginologia (raios-x simples e contrastado, ultrassonografia, ecocardiografia, tomografia e ressonância magnética), infectologia, medicina física e reabilitação, medicina nuclear, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, neurofisiologia, nutrição, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, terapia ocupacional, terapia intensiva neonatal, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, proctologia, psicologia, psiquiatria, quimioterapia, radiodiagnóstico, reumatologia, urologia (litotripsia e urodinâmica), uroginecologia e nutrologia; e

2.3.1.1.2. As profissões e especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.

2.3.1.2. Serviços Auxiliares de Diagnósticos e de Tratamentos, sendo obrigatória a existência de Laboratório de Análises Clínicas e de Serviço de Diagnóstico por Imagem, todos com disponibilidade para atendimento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, nas instalações da OCS a ser CREDENCIADA;

2.3.1.3. Pronto-Socorro Geral para atendimento dos casos de urgência e de emergência;

2.3.1.3.1. Deverão compor a equipe médica as seguintes especialidades clínicas e cirúrgicas: pediatria, neurologia, clínica médica, cardiologia, obstetrícia, cirurgia geral e ortopedia; e

2.3.1.3.2. As especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.

2.3.1.4. Centro Cirúrgico Geral com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais solicitados pelos médicos aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.1.5. Centro de Terapia Intensiva com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital de Credenciamento;

2.3.1.5.1. O CTI deverá possuir as seguintes características mínimas: ser uma unidade físico-funcional do CREDENCIADO; com área física própria; com aparelhagem e equipe técnica especializada e permanente, incluindo médicos plantonistas durante 24 (vinte e quatro) horas por dia;

2.3.1.5.2. O CTI deverá dispor de cardioversor, monitor cardíaco, monitorização de pressão não invasiva e invasiva, Oxímetro de pulso, aspirador de secreções, eletrocardiógrafo, respirador de volume, bomba de infusão, gases medicinais e materiais necessários para a assistência do paciente, tais como equipamentos para assistência respiratória, hemoterápica, dissecação e punção de acesso central, traqueostomia; e

2.3.1.6. CTI Pediátrico, que deverá conter, além dos listados no subitem acima, equipamentos específicos para assistência pediátrica e neonatal, tais como berço aquecido, incubadora, CPAP e HOOD;

2.3.1.7. Unidade de Hemodinâmica, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.1.8. Centro de Hemodiálise para atendimento hospitalar e ambulatorial, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital; e

2.3.1.9. Unidade para Tratamento de Doenças Coronarianas, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital.

2.3.2. Hospital Geral com Maternidade, com as seguintes especificações mínimas:

3.3.2.1. Atendimento médico-hospitalar ou em consultório, com disponibilidade para agendamento de consultas eletivas, com hora marcada;

2.3.2.1.1. As seguintes profissões e respectivas especialidades clínicas e cirúrgicas poderão ser prestadas: alergologia, anatomia patológica e citopatologia, anestesiologia, angiologia (cirurgia vascular e linfática), braquiterapia (radioterapia para próstata), cardiologia, cirurgia geral, cirurgia do aparelho digestivo (órgãos anexos e parede abdominal), cirurgia cardíaco-hemodinâmica, cirurgia de mama, cirurgia da mão, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica e reparadora, cirurgia torácica, clínica médica, dermatologia clínico-cirúrgica, endocrinologia, endoscopia digestiva (cpre), fisioterapia; fonoaudiologia, gastroenterologia, geriatria e gerontologia, ginecologia e obstetrícia, hematologia, imagiologia (raios-x simples e contrastado, ultrassonografia, ecocardiografia, tomografia e ressonância magnética), infectologia, medicina física e reabilitação, medicina nuclear, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, neurofisiologia, nutrição, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, terapia ocupacional, terapia semi-intensiva neonatal, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, proctologia, psicologia, psiquiatria, quimioterapia, radiodiagnóstico, reumatologia, urologia (litotripsia e urodinâmica), uroginecologia e nutrologia; e

2.3.2.1.2. As profissões e especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.

2.3.2.2. Serviços Auxiliares de Diagnóstico e de Tratamento, sendo obrigatória a existência de Laboratório de Análises Clínicas e Serviço de Diagnóstico por imagem, todos esses com disponibilidade de atendimento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, nas instalações da OCS a ser CREDENCIADA;

2.3.2.3. Pronto-Socorro Geral para atendimento de casos de urgência e emergência;

2.3.2.3.1. Poderão compor a equipe médica as seguintes especialidades clínicas e cirúrgicas: pediatria, ginecologia, obstetrícia, clínica médica, cardiologia, cirurgia geral, neonatologia e ortopedia; e

2.3.2.3.2. As especialidades acima descritas não se constituem em um mínimo necessário, logo, o contrato decorrente deste Edital poderá deixar de cobrir parte das mesmas.

2.3.2.4. Centro Cirúrgico Geral com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.2.5. Centro de Terapia Intensiva com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.2.5.1. O CTI deverá possuir as seguintes características mínimas: ser uma unidade físico-funcional do CREDENCIADO; com área física própria; com aparelhagem e equipe técnica especializada e permanente, incluindo médicos plantonistas durante 24 (vinte e quatro) horas por dia; e

2.3.2.5.2. O CTI deverá dispor de cardioversor, monitor cardíaco, monitorização de pressão não invasiva e invasiva, oxímetro de pulso, aspirador de secreções, eletrocardiógrafo, respirador de volume, bomba de infusão, gases medicinais e materiais necessários para a assistência do paciente, tais como equipamentos para assistência respiratória, hemoterápica, dissecação e punção de acesso central, traqueostomia.

2.3.2.6. CTI Pediátrico, que deverá conter, além dos listados no subitem acima, equipamentos específicos para assistência pediátrica e neonatal, tais como berço aquecido, incubadora, CPAP e HOOD;

2.3.2.7. Berçário de Cuidados Básicos (BCB), Berçário de Cuidados Especiais (ALTO RISCO), Bloco Obstétrico e suas dependências, Pronto-Socorro Ginecológico e Obstétrico e Unidade de Tratamento Semi-Intensivo Neonatal (UTSIN);

2.3.2.8. Unidade de Hemodinâmica com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.2.9. Centro de Hemodiálise para atendimento hospitalar e ambulatorial com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.2.10. Unidade para Pacientes Coronarianos com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.2.11. Centro Obstétrico com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital; e

2.3.2.12. Unidade de Terapia Intensiva Neonatal com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital.

2.3.3. Hospital/Clinica Maternidade, com as seguintes especificações mínimas:

2.3.3.1. Atendimento médico hospitalar nas especialidades de Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria e Neonatologia;

2.3.3.2. Serviços Auxiliares de Diagnóstico e de Tratamento, sendo obrigatória a existência de Laboratório de Análises Clínicas e Serviço de Diagnóstico por Imagem, todos estes com disponibilidade de atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia nas instalações da OCS a ser CREDENCIADA;

2.3.3.3. Pronto-Socorro para atendimento dos casos de urgência e emergência, com a presença contínua de equipe médica nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria, com capacidade para atender à demanda de procedimentos eletivos e emergenciais referentes aos beneficiários de que trata este Edital;

2.3.3.4. CTI Pediátrico, que deverá conter, além dos listados nos subitens 2.3.2.5.1 e;

2.3.2.5.2. Equipamentos específicos para assistência pediátrica e neonatal, tais como berço aquecido, incubadora, CPAP e HOOD;

2.3.3.5. Berçário de Cuidados Básicos (BCB);

2.3.3.6. Berçário de Cuidados Especiais (ALTO RISCO);

2.3.3.7. Bloco Obstétrico e suas dependências;

2.3.3.8. Pronto-Socorro Ginecológico e Obstétrico;e

2.3.3.9. Unidade de Tratamento Semi-Intensivo Neonatal (UTSIN).

2.3.4. Cooperativa de Trabalho Médico em condições de prestar atendimento médico-hospitalar, com exercício de atividades em caráter regular, vinculada ao Hospital que venham a ser CREDENCIADO, no qual a cooperativa em questão preste serviço.

2.3.4.1. Para a contratação de cooperativa deverão ser observados os seguintes impedimentos:

2.3.4.1.1. O médico cooperado não poderá possuir qualquer vínculo com o hospital CREDENCIADO, à exceção de vínculo de natureza estatutária, consubstanciado em diretoria sem subordinação ou participação societária;

2.3.4.1.2. O médico cooperado não poderá ser subordinado à administração do hospital CREDENCIADO, por exemplo, quanto à definição de escala de trabalho, controle de frequência, etc.;

2.3.4.1.2.1. A definição da escala de trabalho ocorrerá entre a administração hospitalar e a cooperativa; e

2.3.4.1.2.2. A indicação do médico prestador de serviço dar-se-á por parte da cooperativa, sem que o hospital CREDENCIADO possa indicar ou recusar determinado profissional.

2.3.4.1.3. O hospital CREDENCIADO não poderá realizar pagamentos, ou outras transferências a que título for, diretamente, para os médicos cooperados.

2.3.4.2. Serão consideradas as cooperativas médicas que, como entidades sem fins lucrativos, prestarem serviços exclusivamente na captação de clientes e no suporte administrativo aos médicos-cooperados.

2.3.5. Hospital ou Clínica Oftalmológica, atendendo às seguintes especificações mínimas:

2.3.5.1. Consulta padrão, conforme prevê a Associação Médica Brasileira (AMB);

2.3.5.2. Procedimentos diagnósticos básicos a saber: curva tensional diária, campimetria, mapeamento de retina, retinografia, fonometria e visão subnormal; e

2.3.5.3. Procedimentos terapêuticos nas áreas de conjuntiva, córnea, câmara anterior, cristalino, vítreo e retina.

2.3.6. Hospital ou Clínica Psiquiátrica, atendendo às seguintes especificações mínimas:

2.3.6.1. Serviço de urgência e emergência durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, com presença física de médico especialista em psiquiatria;

2.3.6.2. Disponibilidade de acomodações adequadas para os pacientes, em ambiente individual ou coletivo e, ainda, isolamento para casos selecionados;

2.3.6.3. Equipe multidisciplinar composta por médico clínico, neurologista, psicólogo e terapeuta ocupacional;

2.3.6.4. Suporte de Laboratório de Análises Clínicas para os casos em que houver necessidade;

2.3.6.5. Enfermagem especializada em remoção domiciliar, caso seja necessário; e

2.3.6.6. Unidade para tratamento de dependentes químicos, separada das alas de pacientes em tratamento psiquiátrico.

2.3.7. Hospital Infantil

2.3.7.1. O Hospital Infantil deve contar com centros de atendimentos em várias áreas clínicas e cirúrgicas infantis: Alergologia, Cardiologia, Cirurgia geral, Cirurgia Cardíaca, Cirurgia Buco-Maxilo-Facial, Dermatologia, Endocrinologia, Fonoaudiologia, gastroenterologia, Ginecologia Infanto-Puberal, Nefrologia, Neurologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Puericultura, Pneumologia, Traumatologia, Urologia, Anestesia e outras especialidades infantis.

2.3.7.2. O Hospital Infantil deve estar apto a realizar tratamento clínico e cirúrgico, eletivos ou emergenciais, serviços ambulatoriais e pronto-

atendimentos, com as especialidades médicas que atendam às necessidades pediátricas, inclusive com exames complementares infantis: Audiometria, Ecodopplercardiograma (com fluxo a cores), Emissão Otoacústica Evocada (Teste da Orelhinha), Endoscopia Digestiva, Eletrocardiologia, Eletroencefalograma, Mapeamento Cerebral, Radiologia, Timpanometria, Tomografia Computadorizada, Ultrassonografia, Vídeo Antrostomia Nasal, Vídeo Laringoscopia (com fibra ótica), etc.

2.3.8. Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN)

2.3.8.1. A UTIN deve possuir serviços hospitalares voltados para o atendimento de recém-nascidos graves ou com risco de morte, assim considerados:

2.3.8.1.1. Recém-nascidos de qualquer idade gestacional que necessitem de ventilação mecânica ou em fase aguda de insuficiência respiratória com FiO2 maior que 30% (trinta por cento);

2.3.8.1.2. Recém-nascidos menores de 30 (trinta) semanas de idade gestacional ou com peso de nascimento menor de 1.000 gramas;

2.3.8.1.3. Recém-nascidos que necessitem de cirurgias de grande porte ou pós-operatório imediato de cirurgias de pequeno e médio porte;

2.3.8.1.4. Recém-nascidos que necessitem de assistência de nutrição parenteral; e

2.3.8.1.5. Recém-nascidos críticos que necessitem de cuidados especializados, tais como: uso de cateter venoso central, drogas vasoativas, prostaglandina, uso de antibióticos para tratamento de infecção grave, uso de ventilação mecânica ou FiO2 maior que 30% (trinta por cento), transfusão de hemoderivados.

2.3.8.2. A UTI na modalidade Neonatal deve estar capacitada para atender pacientes na faixa etária de 0 (zero) a 28 (vinte e oito) dias de idade.

2.3.9. Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica

2.3.9.1. A UTI Pediátrica deverá ser composta por equipe multiprofissional especializada e possuir suporte avançado para atendimento das crianças que necessitem de cuidados intensivos;

2.3.9.2. A UTI na modalidade Pediátrica deve estar capacitada para atender pacientes desde o seu nascimento até os 18 (dezoito) anos de idade completos; e

2.3.9.3. Os beneficiários do FUSEx, PASS ou FATOR DE CUSTO na faixa etária de 14 (quatorze) a 18 anos de idade completos podem ser atendidos

nas Unidades de Tratamento Intensivo Adulto ou Pediátrico, de acordo com o manual de rotinas da respectiva UTI.

2.3.10. Unidade de Terapia Intensiva para Adultos

2.3.10.1. A Unidade de Terapia Intensiva Adulto deve prestar atendimento a pacientes graves e de risco que exijam assistência médica e de enfermagem ininterruptas, devendo, para isso, possuir equipamentos e recursos humanos especializados.

2.3.10.2. A UTI para Adultos deve funcionar atendendo a um parâmetro de qualidade que assegure a cada paciente:

2.3.10.2.1. Direito à sobrevida, assim como a garantia, dentro dos recursos tecnológicos existentes, da manutenção da estabilidade de seus parâmetros vitais;

2.3.10.2.2. Direito a uma assistência humanizada;

2.3.10.2.3. Uma exposição mínima aos riscos decorrentes dos métodos propedêuticos e do próprio tratamento em relação aos benefícios obtidos; e

2.3.10.2.4. Monitoramento permanente da evolução do tratamento assim como de seus efeitos adversos.

2.3.10.3. Esta modalidade de UTI deverá estar capacitada para prestar atendimento a pacientes com idade superior a 14 (quatorze) anos.

2.3.11. Unidade de Tratamento Intensivo Especializada

2.3.11.1. AUTI Especializada deverá estar capacitada para realizar atendimento aos beneficiários do FUSEx, PASS e FATOR DE CUSTO em uma especialidade médica ou selecionada por grupos de patologias, devendo abranger as seguintes áreas: Cardiológica, Coronariana, Neurológica, Respiratória, Trauma, Queimados, dentre outras.

2.3.11.2. Além da UTI Especializada, os demais serviços de tratamento intensivo (CTI/UTSI/STIM), as especificações e a regulamentação técnica para o funcionamento desses serviços devem cumprir as condicionantes estabelecidas pela Portaria nº 466, de 4 de junho de 1998, do Ministério da Saúde.

2.3.12. Clínica de Reabilitação: Serviços nas áreas de Fisioterapias em geral e especializadas; Medicina na especialidade de Acupuntura; Fonoaudiologia; Terapia Ocupacional; e Psicologia.

2.3.12.1. Deverá possuir fisioterapeutas especializados para promover o atendimento específico e individualizado, de acordo com a doença e com a condição clínica de cada paciente do FUSEx, PASS ou FATOR DE CUSTO;

2.3.12.2. O encaminhamento de beneficiários para atendimento em OCS CREDENCIADA será realizado em caráter complementar ao

atendimento prestado nas instalações do CREDENCIANTE. O beneficiário poderá ser encaminhado a partir do atendimento em consultório do CREDENCIANTE;

2.3.12.3. A solicitação do encaminhamento para realização dos serviços em OCS CREDENCIADA será feita após bem avaliar o custo benefício, a conveniência do encaminhamento e a indisponibilidade do serviço nas instalações do próprio CREDENCIANTE; e

2.3.12.4. A escolha da empresa que prestará o serviço, dentre as empresas disponíveis na rede de conveniados do CREDENCIANTE, sempre será um direito do beneficiário, não havendo por parte do CREDENCIANTE obrigação de prover demanda mínima de encaminhamentos ao CREDENCIADO.

2.3.13. Laboratório de Análises Clínicas e/ou de Citopatologia.

2.3.13.1. O laboratório hospitalar de análises clínicas deverá possuir capacidade técnica e operacional para realizar exames com conhecimento científico, tecnologia e qualidade para subsidiar no diagnóstico e tratamento das patologias, nas áreas de Hematologia, Microbiologia, Imunologia, Química Clínica, Parasitologia, Uranálise e Citologia; e

2.3.13.2. Deverá estar habilitado com equipamentos modernos e com pessoal especializado, com capacidade para realizar exames hematológicos, dosagens bioquímicas, urinálises, parasitológicos, imunológicos, citopatológicos, hormônios, entre outros.

2.3.14. Clínica Odontológica nas seguintes especialidades: Cirurgia Buco-Maxilo-Facial; Endodontia; Periodontia; Prótese; Estomatologia; Implantodontia; Odontopediatria; Ortodontia; e Ortopedia Funcional dos Maxilares.

2.3.15. Clínica de Especialidades Médicas, abrangendo as seguintes áreas e serviços: Diagnósticos Cardiológicos; Tratamento Nefrológico; Cardiologia Fetal; Diagnósticos Gastroenterológicos; Hemoterapias, Diagnósticos Otorrinolaringológicos; Diagnósticos Neurológicos; Tratamento por Quimioterapia; Tratamento por Radioterapia e outras especialidades.

2.3.16. Clínica ou Centro de Doenças Renais

2.3.16.1. A OCS deverá oferecer para os beneficiários do FUSEx/PASS portadores de Insuficiência Renal Crônica (IRC) e Insuficiência Renal Aguda (IRA) o melhor tratamento disponível no mercado, com uma equipe multidisciplinar especializada, utilizando equipamentos de última geração e materiais com padrão de qualidade reconhecido pela ANVISA.

2.3.16.2. Para assegurar a qualidade da água, a OCS deverá dispor de equipamentos Osmose Reversa, tanto no Centro de Diálise Ambulatorial como nas Unidades Móveis de Diálise (UMD) que atenda aos beneficiários internados nas OCS CREDENCIADAS com o FUSEx/2º BEC.

2.3.16.3. A UMD da OCS deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

2.3.16.3.1. Máquinas de Diálise;

2.3.16.3.2. Sistema portátil de tratamento de água a base de Osmose Reversa; e

2.3.16.3.3. Capilares, linhas arteriais e Venosas e Kit de solução para HD e outros materiais necessários.

2.3.17. Centro de Hematologia e Hemoterapia (Conforme Decreto nº 3.990, de 30 de outubro de 2001)

2.3.17.1. O serviço será oferecido aos beneficiários do FUSEx/PASS, na forma de captação, análise e classificação e processamento dos elementos coletados, de acordo com as normas da ANVISA, por intermédio de convênio ou contrato com OCS ou Centro de Hematologia e Hemoterapia, acordados com o FUSEx.

2.3.17.2. Os valores dos serviços serão os oferecidos pela OCS em forma de PACOTES conforme constam no Anexo L deste Edital.

2.3.17.3. Para efeito dos serviços que deverão ser prestados ao FUSEx/2º BEC consideram-se Hemocomponentes, Concentrados de Hemácias (pediátricos e lavadas), Plaquetas, Plasmas, Crio e Sangue Total.

2.3.17.4. A requisição de material de Hematologia e Hemoterapia deverá ser formalizada pela OCS CREDENCIADA com o FUSEx, diretamente junto ao Centro de Hematologia e Hemoterapia, por escrito, em 3 (três) vias, com todos os campos preenchidos, de forma correta, clara e sem emenda ou rasuras.

2.3.18. Home Care – Atendimento e assistência Domiciliar

2.3.18.1. O serviço será oferecido aos beneficiários do FUSEx/PASS, por intermédio de instituição especializada regularizada, a prestação de Serviços de Assistência e Atendimento domiciliar (Home Care), com suporte médico, de enfermagem, fisioterápico, fonoaudiólogo, psicólogo, aparelhagens, materiais medicamentos equipamentos e outros necessários a assistência do beneficiário, acordados com o FUSEx.

2.3.18.2. Os valores dos serviços serão os oferecidos pela OCS em forma de PACOTES e acordos firmados conforme constam no Anexo L deste Edital.

2.3.19 – O credenciamento de PSA (Profissionais de Saúde Autônomos) tem como objetivo suprir as necessidades nas seguintes especialidades: Acupuntura; Alergologia; Anestesiologia; Angiologia (Cirurgia Vascular e Linfática); Cardiologia; Cirurgia Geral; Dermatologia; Clínico-Cirúrgica; Endocrinologia; Endoscopia Digestiva (CPRE); Gastroenterologia; Geriatria e Gerontologia; Ginecologia e Obstetrícia; Hematologia; Infectologia; Medicina Física e Reabilitação; Medicina Nuclear; Nefrologia; Neurocirurgia; Neurologia; Neurofisiologia; Oftalmologia; Ortopedia e Traumatologia;

Fisioterapia; Terapia Semi-Intensiva Neonatal, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pneumologia, Proctologia, Psiquiatria; Reumatologia; Urologia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Terapia Ocupacional; Psicologia; Nutrição; e Cirurgia Buco-Maxilo-Facial.

2.3.20. Hospital-Dia e Clínica Básica Incompleta: realiza atendimentos básicos, conforme a definição seguinte:

2.3.20.1. Clínica Básica Incompleta: estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência médica, em duas ou três especialidades médicas básicas, sem atendimento de urgência/emergência; e

2.3.20.2. Hospital-Dia: estabelecimento de saúde com internação hospitalar de curta duração, de caráter intermediário entre a assistência ambulatorial e a hospitalização com permanência de 6 (seis) a 12 (doze) horas, sem atendimento de urgência/emergência.

2.4 – Os serviços objeto deste credenciamento serão prestados diretamente por profissional da própria CREDENCIADA ou por profissionais por ela CREDENCIADOS, colocando à disposição dos usuários suas instalações, seus equipamentos e quadro técnico-profissional qualificado.

2.5 – É vedado ao CREDENCIADO delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste credenciamento.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.

3.1. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial da União, em Jornal de Circulação no Estado do Piauí e de Circulação no Município Teresina e Região onde serão prestados os serviços.

3.1.1. O presente Edital vigorará por prazo indeterminado, a partir da sua publicação.

3.1.2 Poderá haver o credenciamento de interessados enquanto aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

3.1.3 O edital deverá ser republicado anualmente, visando renovar o convite aos eventuais novos interessados.

3.2. Poderão habilitar-se, para credenciamento, Profissional de Saúde Autônomo (PSA) e Organização Civil de Saúde (OCS) de acordo com as necessidades listadas neste Edital e que apresentarem Carta-Proposta e/ou Requerimento, que estejam de acordo com os valores especificados neste instrumento.

3.3. Não poderão participar deste credenciamento:

3.3.1. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento.

3.3.1.1. Excepciona-se o disposto acima nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos que apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no

contrato social ou estatuto;

3.3.1.2. A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

3.3.1.3. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

3.3.2. Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.3.3. Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 cumulado com o art. 28 do Decreto nº 5.450/2005) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com o Comando do Exército (art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993);

3.3.4. Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.3.5. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/1998;

3.3.6. Pessoas jurídicas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.3.7. Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

3.3.8. Pessoas físicas em processo de insolvência civil;

3.3.9. Pessoas jurídicas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (art. 54, II, da Constituição Federal);

3.3.10. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.3.11. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

3.3.12. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da Comissão de Licitação responsável por este edital, da Seção de Auditoria de Contas Médicas, do Setor de Lisura e dos que exerçam funções de Ordenador de Despesas, gestor do FuSEx/PASS, bem como do Comandante desta 10ª Região Militar;

3.3.13. Sociedades que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

3.3.13.1. No caso do subitem anterior a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

3.4. O recebimento da documentação ocorrerá nos dias de expediente na Guarnição de Teresina, no horário de 08:00 às 12:00 (Horário de Brasília) de forma permanente;

3.4.1. As Cartas-Proposta e os Requerimentos para Credenciamento deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação, na Seção SAMMED/FuSEx do Posto Médico da Guarnição de Teresina-PI.

3.4.1.1. O envelope deverá conter na parte externa os seguintes dizeres:

POSTO MÉDICO DA GUARNIÇÃO DE TERESINA

PROPOSTA PARA CREDENCIAMENTO

NOME DA PESSOA JURÍDICA OU DA PESSOA FÍSICA

CNPJ OU CPF

3.5. Para se habilitar à contratação, a **Organização Civil de Saúde** interessada deverá apresentar “**Carta Proposta**”, conforme modelo do **Anexo O**, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

3.5.1. Ser datilografada ou impressa, em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

3.5.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

3.5.3. Constar dias e horários de atendimento;

3.5.4. Conter a relação de serviços – **impressa e em meio eletrônico**;

3.5.5. Conter a relação de equipamentos técnicos – **impressa e em meio eletrônico**;

3.5.5.1. No caso específico do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, apresentar a relação de ambulâncias correspondentes aos tipos credenciados – **impressa e em meio eletrônico**.

3.5.6. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos; e

3.5.7. Ser datada e assinada pelo representante legal.

3.6. Para habilitar-se ao credenciamento, o **Profissional de Saúde Autônomo** deverá apresentar “**Requerimento para Credenciamento**”, conforme modelo do **Anexo Z**, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

3.6.1. Ser datilografado ou impresso, em papel timbrado que o identifique, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

3.6.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

3.6.3. Constar dias e horários de atendimento;

3.6.4. Conter a relação de serviços;

3.6.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;

3.6.6. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta-Corrente para creditar os pagamentos; e,

3.6.7. Ser datado e assinado por si ou por seu representante;

3.6.8. O odontólogo somente poderá ser credenciado para 2 (duas) especialidades, nos termos do art. 7º, “c”, da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966.

3.7. A “**Carta Proposta**” e o “**Requerimento para Credenciamento**” terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação;

3.7.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.8. Cada OCS ou PSA apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação, que responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificarem-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.8.1. Por credenciais entendem-se:

3.8.1.1. Habilitação do representante mediante procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva;

3.8.1.2. Caso seja administrador de pessoa jurídica, este deverá apresentar o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprovem os poderes necessários para o uso da firma ou denominação social;

3.8.2. A não apresentação ou incorreção destes documentos não determinará a inabilitação, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela interessada;

3.8.3. A ausência ou inabilitação do representante para um ato não impede o suprimento da deficiência que lhe deu causa.

3.9. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – deverá receber tratamento de OCS, dado a sua natureza de pessoa jurídica.

4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

4.1. A Comissão Especial de Licitação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 6º e 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, respeitada a documentação complementar prevista no item 4.6 desta Seção.

4.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma

documentação vencida junto ao SICAF;

4.1.2. Os interessados cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação listada neste Capítulo, quando ausente do cadastro.

4.2. Caso a Comissão não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

4.3. Os interessados que não estiverem cadastrados no SICAF deverão apresentar a seguinte documentação:

4.4. **Habilitação jurídica**, comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

4.4.1. **Organização Civil de Saúde (OCS):**

4.4.1.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is);

4.4.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

4.4.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

4.4.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

4.4.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.4.1.6. Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.4.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'g', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.4.1.7.1. Ata de fundação;

4.4.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

4.4.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;

4.4.1.7.4. Editais de convocação das três últimas

Assembleias Gerais extraordinárias; e,

4.4.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

4.4.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.4.1.7.7. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

4.4.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.4.2.1. Carteira de Identidade; e,

4.4.2.2. Certidão de quitação eleitoral, nos termos do art. 7º, § 1º, III, c/c art. 146 do Código Eleitoral.

4.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

4.5.1. Organização Civil de Saúde (OCS):

4.5.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.5.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);

4.5.1.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.5.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011; e,

4.5.1.5. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

4.5.1.6. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra ‘b’, do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.5.1.6.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados.

4.5.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):

4.5.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

4.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

4.5.2.3. Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

4.5.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.5.2.4.1. Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

4.5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

4.5.3. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

4.6. Qualificação técnica:**4.6.1. Organização Civil de Saúde (OCS):**

4.6.1.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.1.2. Documentação do responsável técnico da OCS:

4.6.1.2.1 RG e CPF;

4.6.1.2.2 Certificado de especialidade;

4.6.1.2.3 Registro no Conselho de Classe.

4.6.1.3. Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:

4.6.1.3.1 Nome completo;

4.6.1.3.2 Especialidade clínica;

4.6.1.3.3 Número no registro de classe.

4.6.1.4. Alvará de localização e funcionamento válido;

4.6.1.5. Alvará de autorização sanitária válido;

4.6.1.6. O credenciamento da OCS poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.6.1.6.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.6.1.6.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.6.1.6.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.3. Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa;

4.6.1.6.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.1.6.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.6.1.6.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.6.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letras 'a' a 'f', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.6.1.7.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI,

do art. 4º, inciso I, do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971;

4.6.2. **Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.6.2.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.6.2.2. A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional;

4.6.2.3. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.6.2.4. Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.6.2.5. O credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.6.2.5.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.6.2.5.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.6.2.5.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido.

4.6.2.5.3. Situação: requerimento superveniente à instituição da empresa;

4.6.2.5.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.6.2.5.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.6.2.5.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.7. Os Profissionais de Saúde Autônomos serão credenciados nas respectivas especialidades comprovadas.

4.8. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo P.

4.9. Nos casos de atividades que se enquadrem no conceito de baixo risco ou “baixo risco A”, previsto no inciso I do art. 3º da Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, deve o interessado (OCS ou PSA) a apresentar a Declaração emitida pela Prefeitura Municipal de Teresina.

4.10. Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.10.1. SICAF;

4.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.10.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

4.10.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da OCS/PSA e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.10.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4.11. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

4.12. O CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar a Organização Civil de Saúde ou o Profissional de Saúde Autônomo, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS.

5.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão os seguintes:

5.1.1. Para OCS: A fonte de recursos será do Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037-0250270013-010000000000, Programa de Trabalho Resumido 045161-045162-045098-045101-045100, Natureza da Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA

– PASS; D8SAFUSOCSA – FUSEx; D8SAFCTOCSA – Fator de Custo e D8SAECBOCSA – Ex Combatente; e

5.1.2. Para PSA: A fonte de recursos será do Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037-0250270013-01000000000, Programa de Trabalho Resumido 045161-045162-045098-045101-045100, Natureza da Despesa 339036 e Plano Interno D8SACIVPRSA – PASS; D8SAFUSPRSA – FUSEx; D8SAFCPRSA – Fator de Custo e D8SAECBPRSA – Ex Combatente.

5.2 Os recursos serão provenientes da Gestão 160345-Tesouro Nacional e Gestão 167345-Fundo do Exército, ambos relacionados aos Programas de Trabalho nº 05.302.0637.2887.0001, para os beneficiários do FUSEx; 05.302.0637.2059.0001, para os beneficiários do FATOR DE CUSTO; e 05.301.0750.2004.0001, para os beneficiários da PASS.

6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES.

6.1. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelo art. 55 da Lei 8.666/1993.

6.2. Os habilitados serão convocados no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados da data de apresentação das Cartas Proposta ou dos Requerimentos para Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 64 da Lei nº 8.666/1993, **podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Federal.**

6.3. Os contratos celebrados a partir do presente Edital terão sua **vigência limitada até o dia 31/12 do ano de sua assinatura**, e poderão ser prorrogados pelo prazo de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, contados da data da primeira publicação do Edital.

6.4. Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.4.1. O termo aditivo poderá ultrapassar o limite previsto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, justificativa expressa da autoridade competente para o ato, observando-se os princípios da economicidade e da eficiência.

6.5. Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação da Inexigibilidade de Licitação, por extrato, no Diário Oficial da União (DOU), no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de ratificação, conforme previsto no art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

7. DO REGIME DE EXECUÇÃO.

7.1. As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais abaixo registradas.

7.2. Os beneficiários do FuSEx e seus dependentes diretos deverão ser encaminhados por UAAt, portando a Guia de Encaminhamento e serão identificados da seguinte forma:

7.2.1 Os beneficiários do FuSEx e seus dependentes deverão apresentar o cartão de beneficiário com a carteira de identidade;

7.2.2 Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário do FuSEx, fornecida pela UV, acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

7.3. Os beneficiários, quando servidores civis do Exército Brasileiro e/ou seus dependentes diretos, deverão ser encaminhados por UAt, portando a Guia de Encaminhamento, e deverão apresentar o cartão de beneficiário acompanhado de carteira de identidade;

7.3.1. Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário da PASS, fornecida pela UV, acompanhada da carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique);

7.4. Os usuários do Fator de Custos deverão ser encaminhados por UAt, portando a Guia de Encaminhamento, e deverão apresentar a identidade militar ou a carteira de identidade;

7.4.1. Os dependentes diretos deverão apresentar, no ato do atendimento, carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (certidão de nascimento ou outro documento que o identifique);

7.5. Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de Guia de Encaminhamento, mediante a identificação do beneficiário socorrido, na forma expressa nos subitens 7.2, 7.3 e 7.4 do Edital. Entretanto, o referido beneficiário ou o seu responsável deverá comunicar à CREDENCIANTE a internação e as causas da urgência/emergência, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Caso o prazo ultrapasse os 2 (dois) dias úteis, os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade deste e devem ser acertados diretamente com a CREDENCIADA, sem nenhum ônus ao FuSEx/SAMMED/PASS;

7.5.1. O FuSEx/SAMMED/PASS não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência; tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

7.5.2. O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única, emitida impessoalmente ao Serviço de Pronto-Socorro, que abarque o atendimento que fora dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

7.6. No caso da prestação de serviços de reabilitação, as previsões dos itens 7.2, 7.3 e 7.4 serão tratadas especificamente nos itens 6, 7 e 8 do Anexo E deste Edital.

7.7. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional ou medicamento utilizado por parte do CREDENCIADO no atendimento ao paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado, cobertos estes custos por

conta do mesmo, com observância das regras postas neste Edital, em seus anexos e no contrato.

7.7.1. O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de nota fiscal, ao final do tratamento, na conta do paciente, e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE.

7.7.2. O CREDENCIANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do CREDENCIADO.

7.8. Nos contratos cujo objeto refere-se aos tratamentos de fonoaudiologia, de fisioterapia e de terapia ocupacional devem-se respeitar as 8 (oito) sessões por área, em um período de 30 (trinta) dias, bem como o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para total do tratamento, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-48/2008.

7.9. Nos contratos cuja especialidade seja psicoterapia, limitam-se a 2 (duas) sessões em um período de 30 (trinta) dias, podendo, em casos excepcionais, ser autorizada a realização de 4 (quatro) sessões no mesmo período, mediante justificativa formalizada do profissional prestador do serviço, desde que homologada por médico militar, bem como o número máximo de 200 (duzentas) sessões dentro de cada área, para total do tratamento, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-48/2008.

7.10. Nos contratos a que se referem os subitens 7.8 e 7.9 ficam fixados em 50 (cinquenta) minutos o tempo de duração de cada sessão, conforme estabelece o art. 38 da Portaria nº DGP-48/2008.

7.11. O CREDENCIADO é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução do contrato.

7.12. Os procedimentos sujeitos a parecer de Comissão Ética Médica e de Serviço de Auditoria Médica de OMS, bem como os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos (ZM2) nem financiados (ZM1), são os enumerados abaixo:

7.12.1 – Por parte do FUSEx/2º BEC, nos termos da Portaria nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38):

7.12.1.1 – Cirurgia de lipoaspiração;

7.12.1.2 – Cirurgia corretiva nasal;

7.12.1.3 – Cirurgia corretiva de mama;

7.12.1.4 – Cirurgias plásticas corretivas em geral;

7.12.1.5 – Cirurgia eletiva para a colocação de próteses corretivas não odontológicas;

7.12.1.6 – Cirurgia corretiva de desvios da visão;

7.12.1.7 – Cirurgia de transplantes de órgãos;

7.12.1.8 – Colocação eletiva de próteses não odontológicas;

7.12.1.9 – Gastroplastia;

7.12.1.10 – Cirurgia de recanalização de laqueadura tubária;

7.12.1.11 – Terapia fotodinâmica para pacientes com degeneração muscular (utilizando-se "Visudyne");

7.12.1.12 – Tratamento de apneia do sono com aparelho CPAP ("Continuous Positive Airway Pressure");

7.12.1.13 – Outros procedimentos e tratamentos, a critério do Chefe do Departamento- Geral do Pessoal do Exército Brasileiro, ouvida a Diretoria de Saúde do Exército;

7.12.1.14 – Tratamento e manutenção ortodônticos, acima de 16 (dezesesseis) anos, nos casos de discrepância ósseo-dentária no arco inferior ou superior, igual ou superior a oito milímetros (falta do espaço ou apinhamento dental); sobre mordida (over-bite) exagerada, nos casos em que houver interferência dos dentes anteriores na mucosa do maxilar superior; transpasse horizontal (over jet) no arco superior em relação ao arco inferior, igual ou superior a dez milímetros; e mordida cruzada anterior; e

7.12.1.15 – Implantodontia.

7.12.2 – Por parte da PASS, conforme a Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57):

7.12.2.1 – Cirurgia de lipoaspiração;

7.12.2.2 – Cirurgia corretiva nasal;

7.12.2.3 – Cirurgia corretiva de mama;

7.12.2.4 – Cirurgias plásticas corretivas em geral;

7.12.2.5 – Cirurgia eletiva para colocação de prótese corretiva não odontológica;

7.12.2.6 – Cirurgia corretiva de desvios da visão;

7.12.2.7 – Cirurgia de transplante de córnea e rins (considerando o acompanhamento clínico ambulatorial no período de internação do receptor e do doador e o pós-transplante);

7.12.2.8 – Colocação eletiva de próteses não odontológicas;

7.12.2.9 – Gastroplastia;

7.12.2.10 – Cirurgia de recanalização de laqueadura tubária;

7.12.2.11 – Terapia fotodinâmica para pacientes com degeneração muscular (utilizando-se "Visudyne");

7.12.2.12 – Procedimentos constantes na RN nº 167/2008, da ANS, e não constantes nas Tabelas da Associação Médica Brasileira ou do Anexo "C" da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57); e

7.12.2.13 – Outros procedimentos e tratamentos, a critério do Chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, ouvida a Diretoria de Saúde do Exército.

7.12.3 – Quanto aos subitens 7.8.1.14 e 7.8.1.15, o parecer será proferido por comissão nomeada pela UG/FUSEx e formada por, no mínimo, 3 (três) Dentistas do FUSEx, cuja manifestação dependerá de homologação do Dirigente da UG/FUSEx.

7.12.4 – Os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos (ZM2) nem financiados (ZM1), sendo vedada a implantação das despesas, são os a seguir enumerados:

7.12.4.1 – Por parte do FUSEx, nos termos da Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38):

7.12.4.1.1 – Procedimento de natureza estética, inclusive cirurgia plástica estética de embelezamento;

7.12.4.1.2 – Aquisição de artigos por importação, quando houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento;

7.12.4.1.3 – Aquisição de óculos e artigos correlatos;

7.12.4.1.4 – Hospitalização que objective, especificamente, os seguintes tratamentos:

7.12.4.1.5 – Gerontológico, enquanto o Exército não dispuser de um centro gerontológico em pleno funcionamento;

7.12.4.1.6 – De portadores de necessidades educativas especiais, exceto quando acometidos por patologias comuns à população em geral.

7.12.4.1.7 – Tratamento médico ou odontológico cuja eficiência não seja reconhecida pelos conselhos federais de medicina e odontologia;

7.12.4.1.8 – Tratamento e manutenção ortodônticos, acima de 16 (dezesseis) anos, exceto nos casos com parecer favorável da comissão referida no subitem 7.12.3 anterior, nas hipóteses do subitem 7.12.1.14;

7.12.4.1.9 – Implantodontia, exceto nos casos com parecer favorável da comissão referida no subitem 7.12.3;

7.12.4.1.10 – Elemento odontológico a ser implantado e material para enxertia;

7.12.4.1.11 – Procedimento e componente odontológico realizado em laboratórios ortodônticos ou de próteses odontológicas (exemplo: prótese e aparelho ortodôntico), exceto em OMS;

7.12.4.1.12 – Implante hormonal;

7.12.4.1.13 – Teste de DNA;

7.12.4.1.14 – Tratamentos de infertilidade, fecundação e fertilização;

7.12.4.1.15 – No que diz respeito à assistência domiciliar;

7.12.4.1.16.1 – Despesas decorrentes da utilização por parte do paciente de medicamentos de tratamento prolongado ou para doenças crônicas, nos termos da Portaria nº 139-DGP/2007 (EB 30-IR-10-004), cuja natureza não tenha relação específica com o atendimento de caráter médico-domiciliar;

7.12.4.1.16.2 – Tratamentos de natureza geriátrica ou gerontológico; e

7.12.4.1.16.3 – Beneficiários do FUSEx/PASS que estejam recebendo auxílio-invalidez.

7.12.4.1.17 – Outros procedimentos e tratamentos, a critério do Chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército Brasileiro, ouvida a Diretoria de Saúde do Exército.

7.12.5 – Por parte da PASS, conforme a Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57):

7.12.5.1 – atendimentos ambulatoriais, internações hospitalares e atendimentos obstétricos não previstos no rol de Procedimentos Básicos da Resolução CONSU nº 8, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de novembro de 1998, e na Resolução Normativa nº 167, da ANS, de 9 de janeiro de 2008;

7.12.5.2 – Atendimentos básicos fisioterápicos e farmacêuticos, bem como psicológicos, não previstos na Resolução CONSU nº 8, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de novembro de 1998;

7.12.5.3 – Atendimentos odontológicos não constantes da Resolução Normativa nº 211, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de 11 de janeiro de 2010 - Atualiza o Rol de Procedimentos Odontológicos e dá outras providências;

7.12.5.4 – Tratamento médico ou odontológico cuja eficiência não seja reconhecida pelos conselhos federais de medicina e odontologia ou tratamento clínico ou cirúrgico experimental;

7.12.5.5 – Especialidades médicas não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

7.12.5.6 – Atendimentos prestados antes do início do período de vigência ou do cumprimento de carências;

7.12.5.7 – Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, inclusive cirurgia plástica estética, órteses e próteses para o mesmo fim;

7.12.5.8 – Inseminação artificial;

7.12.5.9 – Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

7.12.5.10 – Tratamentos em centros de saúde pela água (SPA), clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, casas sociais e clínicas de idosos;

7.12.5.11 – Fornecimento de medicamentos nacionais ou nacionalizados, exceto durante a internação hospitalar do beneficiário;

- 7.12.5.12 – Aquisição de artigos por importação;
- 7.12.5.13 – Fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;
- 7.12.5.14 – Fornecimento de órteses, próteses e seus acessórios não ligados ao ato e técnica cirúrgicos indicados;
- 7.12.5.15 – Órtese ou prótese não odontológica acima do valor máximo estabelecido por parte do DGP;
- 7.12.5.16 – Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;
- 7.12.5.17 – Em caso de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
- 7.12.5.18 – Aplicação de vacinas preventivas;
- 7.12.5.19 – Necropsias, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;
- 7.12.5.20 – Aquisição de óculos e artigos correlatos;
- 7.12.5.21 – Aparelhos ortopédicos;
- 7.12.5.22 – Aluguel de equipamentos hospitalares e similares;
- 7.12.5.23 – Procedimentos, exames ou tratamentos realizados no exterior;
- 7.12.5.24 – Despesas hospitalares extraordinárias tais como telefonemas, uso de televisão, alimentação não prevista no tratamento, lavagem de roupas e indenização de danos;
- 7.12.5.25 – Enfermagem em caráter particular;
- 7.12.5.26 – Estadia de paciente ou acompanhante em hotel, pensão ou similares;
- 7.12.5.27 – Avaliações pedagógicas;
- 7.12.5.28 – Orientações vocacionais;
- 7.12.5.29 – Psicoterapia com objetivos profissionais;
- 7.12.5.30 – Diárias hospitalares com a parturiente em condições de alta quando da manutenção da internação do recém-nascido patológico;
- 7.12.5.31 – Colocação de idosos em asilos;
- 7.12.5.32 – Tratamento e manutenção ortodônticos;
- 7.12.5.33 – Tratamentos de implantodontia;
- 7.12.5.34 – Elemento odontológico a ser implantado e material para enxertia;
- 7.12.5.35 – Próteses odontológicas de qualquer tipo;
- 7.12.5.36 – Procedimento e componente odontológico realizado em laboratórios ortodônticos ou de próteses odontológicas (exemplo: prótese e aparelho ortodôntico);
- 7.12.5.37 – Transplantes ósseos e implantes odontológicos;

7.12.5.38 – Restaurações utilizando porcelana;

7.12.5.39 – Restaurações utilizando resina fotopolimerizável em dentes posteriores somente para fins estéticos;

7.12.5.40 – Hospitalização que objetive, especificamente, os seguintes tratamentos:

7.12.5.40.1 – Gerontológico, enquanto o Exército não dispuser de um centro gerontológico em pleno funcionamento; e

7.12.5.40.2 – De portadores de necessidades educativas especiais, exceto quando acometidos por patologias comuns à população em geral;

7.12.5.41 – Implante hormonal;

7.12.5.42 – Teste de DNA;

7.12.5.43 – Tratamentos de infertilidade, fecundação e fertilização;

7.12.5.44 – Transplantes de órgãos, exceto o constante no Art. 15, inciso XIV do § 2º, da Portaria nº 117-DGP/2008 (IR 30-57);

7.12.5.45 – No que diz respeito à assistência domiciliar:

7.12.5.45.1 – Despesas decorrentes da utilização por parte do paciente de medicamento de tratamento prolongado ou para doenças crônicas, nos termos da Portaria nº 139 – DGP/2007 (EB 30-IR-10.004), cuja natureza não tenha relação específica com o atendimento de caráter médico-domiciliar;

7.12.5.45.2 – Tratamentos de natureza geriátrica ou gerontológica; e

7.12.5.45.3 – Beneficiários que estejam recebendo Auxílio-Invalidez.

7.13. O CREDENCIADO deverá considerar o prazo de 30 (trinta) dias para os casos de RETORNO DE CONSULTAS ambulatoriais.

7.14. A execução e controle dos serviços contratados serão avaliados pela CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

7.14.1 Nos casos de tratamentos prolongados, as contas deverão ser encerradas e apresentadas a cada 15 (quinze) dias. Nesses casos, deve ser emitida nova Guia de Encaminhamento, com as devidas comprovações para a necessidade de prorrogação de internações.

7.15. É vedado ao CREDENCIADO exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento ou quaisquer papéis em branco.

8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

8.1. Os serviços serão remunerados com base nos seguintes valores:

8.1.1 Para diárias, taxas, materiais, dietas, contratos e pacotes de serviços serão adotados os valores constantes das tabelas dos **Anexos L**, respectivamente, deste Edital.

8.1.1.1 A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser

estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços com a condição de que os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote correspondem aos valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

8.1.1.1.1 Caso seja estabelecido um novo pacote, este deverá ser estendido aos demais credenciados.

8.1.2 Para consultas médicas eletivas ou em pronto atendimento, será adotado o valor de **R\$ 86,55.**

8.1.3 Para honorários de procedimentos médicos, classificados nos capítulos 1, 2 e 3 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2014, e o valor de UCO de **R\$ 13,50.**

8.1.4 Para o serviço de apoio ao diagnóstico e tratamento (SADT), classificados no capítulo 4 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2014, e o valor de UCO de **R\$ 13,50.**

8.1.5 Para serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, em que seja necessário uso do filme radiológico, adotar-se-á a tabela do Colégio Brasileiro de Radiologia.

8.1.6 Os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e nutrição serão remunerados conforme a tabela constante do **Anexo L.**

8.1.7 Ficam estipulados, dentro de cada Área/Especialidade, as seguintes formas de remuneração:

8.1.7.1 Hospital(is) Geral(is) - Conforme anexo L

8.1.7.2 Hospital(is) Geral(is) com Maternidade – Conforme anexo L

8.1.7.3 Hospital(is) Maternidade – Conforme anexo L

8.1.7.4 Cooperativa(s) de Trabalhos Médicos – Conforme anexo L

8.1.7.5 Hospital(is) ou Clínica(s) Oftalmológica(s) - Conforme anexo L

8.1.7.6 Hospital(is) ou Clínica(s) Psiquiátrica(s) - Conforme anexo L

8.1.7.7 Hospital(is) Infantil(is) - Conforme anexo L

8.1.7.8 Unidade(s) de Terapia Intensiva Neonatal – Conforme anexo L

8.1.7.9 Unidade(s) de Terapia Intensiva para Adulto – Conforme anexo L

8.1.7.10 Clínica(s) de Reabilitação – Conforme anexo L

8.1.7.11 Laboratório de Análises Clínicas – Conforme anexo L

8.1.7.12 Laboratório de Exames de Anatomopatologia e de CitoPatologia – Conforme anexo L

8.1.7.13 SADT – Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica para hospitais - Conforme anexo L

8.1.7.14 SADT – Serviços de Apoio ao Diagnóstico e Terapêutica para clínicas médicas – Conforme anexo L

8.1.7.15 Clínica(s) de Especialidades Médicas – Conforme anexo L

8.1.7.16 Profissionais de Saúde Autônomos (PSA):**8.1.7.16. Medicina:****8.1.7.16.1 Consultas: R\$ 86,55;****8.1.7.16.2 Consulta Domiciliar: R\$ 280,80.****8.1.7.17 Fonoaudiologia:****8.1.7.17.1 Atendimento no consultório – R\$ 53,09;****8.1.7.17.2 Atendimento domiciliar – R\$ 53,09;****8.1.7.18 Psicologia:****8.1.7.18.1 Consulta inicial – R\$ 65,78;****8.1.7.18.2 Sessão – R\$ 65,78.****8.1.7.19 Nutrição:****8.1.7.19.1 Consulta – R\$ 53,09;****8.1.7.19.2 Domiciliar – R\$ 69,24.****8.1.7.20 Fisioterapia:****8.1.7.20.1 Procedimentos (consultório): R\$ 37,86;****8.1.7.20.2 Domiciliar – R\$ 45,26;****8.1.7.21 Terapia Ocupacional:****8.1.7.21.1 Consulta – R\$ 53,09;****8.1.7.21.2 Domiciliar – R\$ 49,63;****8.1.7.22 Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar Móvel.****8.1.7.22.1 Paciente Alta complexidade: somente ida R\$ 173,12; ida e volta R\$ 288,52;****8.1.7.22.2 Paciente Média complexidade: somente ida R\$ 138,50; ida e volta R\$ 230,82;****8.1.7.22.3 Paciente Baixa complexidade: somente ida R\$ 115,41; ida e volta R\$ 207,74.****8.1.7.23 Home care: valores conforme Anexo L deste Edital.**

8.1 No caso específico da(s) Clínica(s) Odontológica(s) e cirurgiões-dentistas serão adotados os valores constantes na Lista Referencial de Odontologia do FuSEX do Posto Médico da Guarnição de Teresina, representado pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, para contratos de credenciamento – Anexo L do Edital.

8.2 Constam dos anexos contratuais, deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade.

8.3 A Diária Hospitalar inclui assistência enfermagem, serviço de camareira, copeira, serviços gerais, alojamento e alimentação do paciente e será paga conforme os valores constantes da Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do FuSEX do 2º

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO para contratos de credenciamento – Anexo L do Edital.

8.4 A diária do CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA (CTI) será paga conforme os valores constantes da **Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do FuSEx do 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO** para contratos de credenciamento – Anexo L do Edital, incluindo a utilização de aparelhagens, equipe técnica e exames de monitorização.

8.4.7 Os serviços de médicos plantonistas serão remunerados pelo valor previsto na **CBHPM/AMB**, por paciente por 24 (vinte e quatro) horas;

8.4.8 No valor previsto no subitem acima se incluirá todo e qualquer serviço profissional, prestado por parte do plantonista, durante a permanência do paciente no CTI;

8.4.9 Excluir-se-á do valor da diária do CTI, os exames complementares, sangue e derivados, curativos especiais, gases, materiais, medicações, respirador de volume, máquina de hemodiálise, intercorrências cirúrgicas e honorários médicos.

8.5 Os valores e as condições de pagamento referentes às diárias das acomodações para internação a que têm direito os beneficiários do SAMMED/FuSEx e os Servidores Cíveis do Exército Brasileiro serão cobrados de acordo com a **Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do FuSEx do 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO** para contratos de credenciamento – Anexo L do Edital.

8.6 Quando se tratar de taxas, lisura, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), procedimentos radiológicos contrastados, dietas e outros produtos nutricionais e curativos especiais, serão observados os valores e as instruções constantes do Anexo L para contratos de credenciamento.

8.7 Constam dos anexos deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade, cujo o justo valor será encontrado da seguinte forma:

8.8.1 Os valores dos medicamentos serão cobrados conforme os publicados no Guia Farmacêutico Brasíndice atualizada. Não havendo PMC, será cobrado sobre o Preço de Fábrica, acrescido de 20%. Caso existam as duas referências PMC e PF, será paga a de menor valor.

8.8.1 Material descartável: **conforme Anexo L**;

8.8.2 Material radiológico: **conforme Anexo L**;

8.8.3 Gases medicinais: **conforme Anexo L**;

8.8.4 OPMEC (órteses, próteses, materiais especiais e cirúrgicos): valores constantes no **Anexo L**.

8.9 Em medicamentos não constantes da Lista de Preços de Medicamentos para compras públicas – medicamentos de preço livre:

8.9.1 O CREDENCIADO comprovará o custo do medicamento, por meio da apresentação de nota fiscal, com data atualizada e preços praticados no mercado distribuidor;

8.9.2 O CREDENCIANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

8.10 Quando porventura o material não constar na tabela referenciada, bem como as órteses e próteses:

8.10.1 O CONTRATADO deverá apresentar 3 (três) orçamentos com os valores praticados no mercado distribuidor;

8.10.2 O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

8.11 Deverá constar na nota fiscal, averbação com referência ao nome do paciente, nome do profissional (médico, cirurgião-dentista, etc.) responsável e a data da realização da consulta ou procedimento.

8.12 É vedado ao CREDENCIADO cobrar diretamente do beneficiário do FuSEx/SAMMED/PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das Tabelas acima pactuadas, salvo o direito do beneficiário do FuSEx/SAMMED/PASS de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em OCS.

8.12.1 Neste caso, a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção será paga, integralmente, pelo titular junto ao prestador;

8.12.2 Ao fazer esta opção, o beneficiário deverá assinar, em conjunto com o responsável pela OCS, o Termo de Ajuste Prévio – anexo aos termos de contrato, tanto referente à melhoria do padrão de acomodação, quanto com o médico assistente ou odontólogo, que também assinará o termo.

8.13 O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CREDENCIADO.

8.14 Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CREDENCIADO, na Conta-Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

8.15 A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome do **2º Batalhão de Engenharia de Construção**, portador do **UG Primária CNPJ nº 07.549.168/0001-08, ou para a UG Secundária CNPJ 07.549.168/0002-80**, da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do CREDENCIADO, para crédito em conta-corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

8.16 O CREDENCIANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado da data de protocolo das faturas no Posto Médico da Guarnição de Teresina-PI e após a aferição da respectiva lisura.

8.16.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

8.17 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração Pública Federal, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.18 Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

8.19 Sobre o valor devido ao CREDENCIADO, a Administração Pública Federal efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8.20 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.21 O CREDENCIADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.22 O procedimento de aferição as faturas dar-se-á da seguinte forma:

8.22.1 Somente serão aceitas faturas com as guias originais;

8.22.2 As faturas serão auditadas e verificadas eventuais inconformidades e os valores, parcial ou totalmente glosados, serão informados à CREDENCIADA, no prazo de 30 (trinta) dias, com as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e o valor destas, através do Relatório de Glosas;

8.22.2.1 A CREDENCIADA deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosas, por meio do correio eletrônico, podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário;

8.22.2.2 O recurso de glosa poderá ser apresentado em até 30 (trinta) dias; após a autorização para emissão da Nota Fiscal;

8.22.2.3 A emissão da Nota Fiscal será autorizada por meio do e-mail **indicado pelo fiscal de contrato da OCS;**

8.25.2.3.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida com os seguintes dados:

2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

Endereço: Av. Frei Serafim, 2833

CEP: 64000-020

TERESINA/PI

UG Primária (160203) CNPJ nº 07.549.168/0001-08, ou para a UG Secundária (167203) CNPJ 07.549.168/0002-80.

8.22.2.4 A CREDENCIANTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgar o recurso de glosa apresentado pela CREDENCIADA.

8.22.2.5 Uma vez procedente o recurso da glosa, a CREDENCIANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, a CREDENCIANTE informará o resultado à CREDENCIADA e arquivará a documentação.

8.23 Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CREDENCIADO.

8.24 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CREDENCIADO.

8.24.1 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CREDENCIADO será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.25 É vedado ao CREDENCIADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

9 DO ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS.

9.1 Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos (Anexo L) serão corrigidos e publicados anualmente, até a vigência do presente edital, em estrita observância às regras abaixo:

9.1.1 Os valores dos itens relacionados às taxas, diárias, materiais, dietas e suplementos; pacotes de prestação de serviços; assistência domiciliar; especialidades não médicas; procedimentos odontológicos; consultas **serão**

atualizados mediante publicação de nova tabela própria da Administração (Anexo L), no mês de janeiro, tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014.

9.1.2 Os preços dos medicamentos serão pagos pela tabela ÍNDICE FARMACEUTICO BRASÍNDICE ATUALIZADO.

9.1.3 O SADT e os procedimentos médicos serão pagos pela tabela CBHPM, publicada pela Associação Médica Brasileira, de acordo com portes e UCO's que reflitam a realidade do mercado.

9.1.4 O filme radiológico será pago pela tabela do Colégio Brasileiros de Radiologia vigente à época da republicação do edital, conforme condições e critérios da referida instituição.

9.2 A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

9.3 O CREDENCIANTE deve aderir aos novos preços por meio de Termo Aditivo.

10 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE.

10.1 O CREDENCIANTE obriga-se a:

10.1.1 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

10.1.2 As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FuSEx/SAMMED/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o art. 80 da Portaria nº DGP-48/2008 e 18, § 2º, da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57).

11 DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.

11.1 O CREDENCIADO obriga-se a:

11.1.1 Indicar formalmente à Administração Pública Federal os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;

11.1.2 Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração Pública Federal, respeitadas as disposições da legislação trabalhista vigente;

11.1.3 Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CREDENCIANTE;

11.1.4 Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

11.1.5 Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração Pública Federal como inadequada para a prestação dos serviços;

11.1.6 Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública Federal, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

11.1.7 Relatar à Administração Pública Federal toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

11.1.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,

11.1.9 De acordo com a Portaria 305-DGP, de 13/12/2017, que aprova as instruções Reguladoras para Perícias Médicas no Exército (EB30-IR-10.007), o CREDENCIADO DEVERÁ, observar o Artigo 43 da Seção IV (dos pedidos de laudo e exames complementares), emitindo os respectivos laudos por especialistas, quando solicitado pelo Agente Médico Pericial para subsidiar a emissão do seu parecer considerando, também, a anamnese, o exame físico, o ambiente, o previsto na legislação médico pericial e nas leis em vigor.

11.1.10 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente Edital.

11.1.10.1 Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

11.1.10.2 A Administração poderá conceder um prazo para que o CREDENCIADO regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

12 **DAS SANÇÕES.**

12.1 Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CREDENCIADO estará sujeito às seguintes multas:

12.1.1 Multa moratória, prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/93, será calculada no percentual de 0,5% (meio por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;

12.1.2 Multa de 10 % (dez por cento) com acréscimo de 0,5 % (meio por cento) ao dia, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, **sobre o valor do serviço em mora**, nas hipóteses de atraso por período superior ao previsto no item acima, limitado em até 60 (sessenta) dias;

12.1.3 As multas acima não impedem que a Administração Pública Federal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

12.2 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução,

total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao(s) serviço(s), caracterizada a inexecução parcial.

12.2.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da cobrança de multa moratória nos termos previstos nos itens 12.1.1 e 12.1.2.

12.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, Comando do Exército por prazo não superior a 2 (dois) anos; e,

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.3 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

12.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

12.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

12.5 A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública Federal ou cobrada judicialmente.

12.6 As sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.4 e 12.2.5 poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens 12.2.2 e 12.2.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Ministro de Estado da Defesa,

facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

- 12.8 As demais sanções são de competência exclusiva do [indicar a autoridade superior do órgão].

13. **DA RESCISÃO.**

13.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

13.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração Pública Federal, nos seguintes casos:

13.1.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, das cláusulas e dos serviços contratados;

13.1.1.2. Interrupção dos trabalhos por parte do CREDENCIADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Federal;

13.1.1.3. Atraso injustificado no início dos serviços;

13.1.1.4. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CREDENCIADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no contrato;

13.1.1.5. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

13.1.1.6. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

13.1.1.7. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;

13.1.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

13.1.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CREDENCIANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.1.10. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e,

13.1.1.11. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de

credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração Pública Federal e não prejudique a saúde dos beneficiários do FuSEx/SAMMED/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

13.1.3. Por rescisão judicial, promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração Pública Federal incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

13.1.3.1. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Pública Federal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CREDENCIADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e,

13.1.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Pública Federal decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CREDENCIADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

13.3. O **2º Batalhão de Engenharia de Construção** poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no Subitem 13.1.3.1.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens 13.1.1.9, 13.1.1.10 e 13.1.3, sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

13.4.1. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

13.4.2. Pagamento do custo da desmobilização.

13.5. A rescisão unilateral, por ato da Administração Pública Federal, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital:

13.5.1. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública Federal.

13.6. É permitido à Administração Pública Federal, no caso de recuperação judicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

13.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.

13.8. A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

14. DOS RECURSOS.

14.1. Dos atos da Administração Pública Federal referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

14.1.1. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

14.2. Os recursos deverão ser protocolados na **Secretaria do Posto Médico da Guarnição de Teresina-PI, que os encaminhará ao Protocolo do 2º Batalhão de Engenharia de Construção.**

15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES.

15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital, após a data da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial da União, Jornal de Circulação no Estado do Piauí ou Jornal de Circulação no Município de Teresina.

15.2. Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na **Secretaria do Posto Médico da Guarnição de Teresina-PI, que os encaminhará ao Protocolo do 2º Batalhão de Engenharia de Construção.**

15.3. Caberá à Comissão Especial de Licitação julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

15.4. Os pedidos de informações poderão ser encaminhados à **Secretaria do Posto Médico da Guarnição de Teresina-PI.**

16. DA REVOGAÇÃO

16.1. A Administração Pública Federal poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.1.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

17.1. A qualquer tempo, o CREDENCIANTE, assistido por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação

das condições de atendimento, de higiene, de equipamentos e de capacidade técnico-operativa.

17.2. No caso de instituições hospitalares, o CREDENCIADO obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

17.2.1. Identificação do usuário no setor de admissão do CREDENCIADO onde estiver sendo assistido;

17.2.2. Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;

17.2.3. Visita ao paciente, com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;

17.2.4. Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;

17.2.5. Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e,

17.2.6. Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar.

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do CREDENCIADO, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4. É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.6. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no **2º Batalhão de Engenharia de Construção**.

17.7. Em caso de revogação deste Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que o paciente tenha alta médica ou seja possível a transferência para outra OCS.

17.7.1 Havendo contrato com outra OCS, ligado a novo Edital de credenciamento, que pratique o mesmo objeto, o paciente deverá ser transferido, desde que tecnicamente possível.

17.7.2 Se a OCS, na qual o paciente está internado, firmar novo contrato conectado a novo credenciamento, este passará a regular a internação.

17.8. Os casos omissos serão resolvidos, pelo Comandante da 4ª Região Militar, com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/1993 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

17.9. As dúvidas referentes ao Edital poderão ser formuladas ao **Posto Médico da Guarnição de Teresina-PI** e encaminhadas para endereço eletrônico **auditoriaFUSEx2020@gmail.com**.

17.10. A minuta do presente Edital foi aprovada pela Advocacia-Geral da União, conforme o Parecer nº 036/2020/CJU-PI/CGU/AGU, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

18. DO FORO.

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Teresina/PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Teresina-PI, 2 de Março de 2020.

MARCELO FLORENTINO BORLINA – Tenente-Coronel
Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Engenharia de Construção